

## **Percepções e recepções do programa Ciência sem Fronteiras**

*Perceptions and receptions of the Sciences without Borders program*

Damaris de Oliveira Santos<sup>1</sup>

Nalayne Mendonça Pinto<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a implementação do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) no âmbito da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Os objetivos da pesquisa foram compreender a percepção dos egressos sobre a sua inserção no programa, além do impacto em suas trajetórias acadêmicas; considerou-se ainda a fala dos gestores do CsF na universidade a respeito do processo de implementação da política. A metodologia foi centrada na natureza compreensiva, buscando interpretar os sentidos que atores atribuíram às suas vivências no CsF. Constatou-se a partir dos resultados com os egressos que para 76% o CsF contribuiu na vida acadêmico-profissional; e em alguns casos o programa foi um diferencial na conquista de uma vaga profissional. Observamos que o CsF realizou algo inédito no país oportunizando bolsas de internacionalização para a graduação, porém enquanto política pública malogrou em relação às ações de planejamento, monitoramento e acompanhamento da política.

**Palavras-chave:** Ciência sem Fronteira. Política Pública. Egressos

**Abstract:** This article analyzes the implementation of the Science without Borders Program (CsF) under University; the objective of the research was to understand the perception of the graduates about the insertion in the program, besides the impact on their academic trajectories; it was also considered the talk of the managers about the CsF in the university regarding the process of the policy implementation. The methodology was center on the comprehensive nature, seeking to interpret the meanings that actors attributed to their experiences. It was observed from the results with 76% of the graduates the CsF contributed in the academic-professional life; and in some cases the program was a differential in gaining a professional position. We observed the CsF did something unprecedented in the country by offering internationalization scholarships for undergraduate, but as a public policy it failed in relation to the actions of planning, monitoring and follow-up of the policy.

**Keywords:** Science without Borders. Public Policy. Graduates.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). E-mail: damaris\_osantos@hotmail.com.

<sup>2</sup> UFRRJ. E-mail: nalaynepinto@gmail.com.

## **Introdução**

O presente trabalho é fruto da pesquisa realizada num campus universitário que buscou analisar a implementação do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) em um estudo de caso na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O objetivo central da análise foi compreender a percepção dos egressos no que se refere à importância do programa em suas trajetórias acadêmicas e as experiências adquiridas, bem como a fala dos gestores do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF) na universidade a respeito do processo de implementação da política.

A pesquisa orientou-se para o estudo e a análise do Programa Ciência sem Fronteiras, no que tange aos seguintes aspectos: analisar a percepção dos egressos do Programa Ciência sem Fronteiras, graduandos da instituição, no período de 2011 a 2015, quanto a importância do programa em suas trajetórias acadêmicas. Nesse sentido, algumas questões que orientaram a pesquisa foram: Como a política foi pensada e implementada? Como a instituição entrou no programa? Quem são os egressos do CsF? Como os egressos e gestores pensam o CsF? Quais as avaliações que esses egressos fazem da política? E, destacadamente, em que instâncias o programa oportunizou mudança na práxis e visão de mundo dos egressos?

A metodologia utilizada foi centrada na natureza compreensiva, buscando interpretar os sentidos e significados que os atores atribuíram às suas vivências no programa CsF. As técnicas de pesquisa abarcaram estratégias qualitativa e quantitativa, com a finalidade de permitir uma visão mais ampla do fenômeno.

O trabalho foi concebido metodologicamente em duas etapas: na primeira, estudo bibliográfico sobre o tema, análise de documentos e regulamentos produzidos pela Capes e CNPq; estudo dos dados quantitativos do programa no painel de controle do site oficial do CsF; apreciação do relatório encomendado pelo Senado Federal sobre o programa; releitura e seleção de questionários produzidos em outras pesquisas do campo de conhecimento.

Cumpre ainda destacar os imprescindíveis ganhos na revisão bibliográfica: maior compreensão do CsF, a saber, aspectos gerais e legais de sua criação, sua organização e funcionalidade.

A segunda etapa metodológica teve início em junho de 2017, consistindo na realização de um pré-teste com cinco estudantes aleatórios do banco de dados dos participantes do programa CsF da UFRRJ, que foi fornecido pelo técnico administrativo da Prograd. Havia no questionário perguntas semi-estruturadas abertas e fechadas, com o intuito de abranger perspectiva quantitativa e qualitativa. Indispensável, a esta altura, mencionar a escala de

Likert, utilizada na construção de perguntas fechadas para que cada ex-bolsista avaliasse em satisfação e (ou) percepção sobre o cumprimento dos objetivos presentes no programa.

Seguiu-se a aplicação de questionários através do Google Forms com 528 graduandos para analisar o perfil dos egressos da graduação no Programa “Ciências sem Fronteiras”, através do referido banco de dados. Identificou-se o perfil socioeconômico de 205 ex-bolsistas que responderam na referida plataforma, sua área de formação e sua avaliação do programa (percepções, concepções e sentidos dos mesmos).

Ainda nesta segunda etapa, foram realizadas entrevistas com dois gestores da política pública do CsF, dentro da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ex-Vice Coordenador e o atual coordenador Interinstitucional de Relações Internacionais), o que permitiu identificar o processo de construção do programa Ciências sem Fronteiras na instituição.

Os recursos metodológicos (técnicas de pesquisa) empregados foram o estudo de caso, análise documental, entrevistas. O campo teórico que fundamenta estas escolhas é composto por diferentes pensadores da área de Ciências Sociais.

A primeira técnica de pesquisa, o estudo de caso é apontado por Becker (1997, p. 117) como uma ferramenta utilizada nas Ciências Sociais que pode investigar uma organização ou comunidade. O estudo de caso deste trabalho deu-se no âmbito da comunidade estudantil (egressos), especificamente dentro do Programa Ciências sem Fronteiras na UFRRJ. O estudo de caso geralmente possibilita pensar como o caso específico do real se relaciona com a política macro, e como na relação indivíduo e sociedade, os egressos do programa pensam e agem dentro da mesma.

Nesta pesquisa existiu a necessidade de analisar as declarações referidas pelos agentes em questão, uma vez que a partir dos seus argumentos e diferentes pontos de vistas, traçou-se a relação deles com o programa do qual participaram. Por exemplo, em relação à entrevista realizada com os gestores foi possível perceber como eles justificavam a atuação da UFRRJ, junto ao programa CsF.

No que diz respeito à elaboração de um questionário, buscamos configurar algo que atendesse o caso particular da UFRRJ. Nesse intuito, selecionamos três outros modelos de questionário de outras dissertações<sup>3</sup>, que contribuíram na formulação das questões investigativas referente ao nosso objeto de estudo.

---

<sup>3</sup> Os três questionários para os egressos do CsF e do gestor (coordenador) da UFRRJ foram formulados com a ajuda e instrumentos das seguintes dissertações: Ramos (2016), Chaves (2015), Borges (2015) e Lage (2015).

Sem a pretensão de um resultado hegemônico, mas verossímil o quanto possível, utilizamos também o confronto dos dados quantitativos com as respostas qualitativas presentes nos questionários aplicados aos discentes, e nas entrevistas com os gestores, a fim de perceber aproximações e distanciamentos entre as proposições dos respectivos participantes.

Por último, utilizamos a técnica de pesquisa do *survey* (Jannuzzi, 2012; Cano, 2012). Esta, no presente trabalho, corroborou com a coleta dos dados quantitativos do Programa CSF, permitindo observar a construção, o tamanho e ampliação do programa. Como este trabalho envolveu uma política pública, adotamos ao longo deste estudo, alguns conceitos específicos da área para ajudar a pensar o Programa CsF. Importa destacar que como o programa era recente no período de investigação, não foi possível fazer uma análise das mudanças estruturais plena e exaustivamente, ou seja, seus resultados apresentaram-se relativamente consolidados. Resta-nos ainda aludir aos conceitos na esfera da política pública presentes neste trabalho, o que passamos a fazê-lo.

Segundo Jannuzzi (2012) o indicador social orienta os planejamentos, formulação, reformulação e a aplicabilidade das políticas públicas pelos diferentes setores públicos. Já para pesquisadores em universidades e centros de pesquisa, o indicador permite avaliar a conexão entre as teorias e a realidade social empírica.

Nesse sentido, Jannuzzi aponta os tipos de indicadores a serem considerados na construção da política pública:

(...) indicadores para avaliação da eficiência dos meios e recursos empregados, indicadores para avaliação da eficácia no cumprimento das metas e indicadores para avaliação da efetividade social do programa, isto é, indicadores para avaliação dos efeitos do programa em termos de justiça social, de contribuição para aumento da sociabilidade e engajamento político, enfim, dos efeitos do programa em termos mais abrangentes de bem estar para a sociedade (NEPP, 1999; Cardoso, 1999 *apud* Jannuzzi, 2012, p. 5).

Esses três elementos citados acima: meios e recursos empregados, metas a serem cumpridas, e a avaliação efetiva social do programa, correspondem à relevância do impacto social que o programa desenvolveu ao longo dos quatro anos de atuação. Os dois primeiros parâmetros mencionados (eficiência e eficácia) são vistos através dos dados fornecidos pelo próprio programa, o que não ocorre com o último parâmetro, avaliação efetiva social.

Nossa assertiva justifica-se pelo fato de trabalharmos com um programa recente sem que haja suficiente implantação de um respectivo banco de dados; obviamente, julgamos que *a posteriori*, tal escopo de informações poderá vir a ser implementado por novas pesquisas.

Não obstante a impossibilidade sinalizada acima, nosso trabalho investigativo oportunizou a captura de alguns indícios no que tange a avaliação efetiva social. Nesse cenário, Jannuzzi (2012) coloca que deve ser observado o planejamento e a ação do programa, as condições e realidade que mudam. Cito aqui duas mudanças que ocorreram no programa: as condições dos editais, que tiveram seus critérios de admissão reformulados a fim de alcançar um público estudantil específico, e a oferta de cursos de língua adicional.

Nesse sentido, utilizamos a tese de Ham e Hill (1993) acerca do impacto da política pública pensada pelos gestores oficiais (idealizadores que formulam ou desenham a política), e a desarticulação que muitas vezes ocorre na prática de sua implementação. Em seu livro, além de fazerem uma análise histórica sobre os principais conceitos de política pública, analisam estudos que mostram a importância dos agentes que operacionalizam a política pública em seus contextos específicos.

Metodologicamente Ham e Hill (1993) lembram que tomar o estudo da discricionariedade separado, é negligenciar fatores sociais, econômicos, e políticos que também deveriam ser considerados. Um pesquisador comprometido leva em consideração: o que influenciou a formulação da lei? Porque devem ser implementadas? Quais fatores presentes atuam sobre esta discricionariedade (em relação aos burocratas de rua, funcionários públicos)? A lei é adequada, beneficia quem? Deve ser mantida ou alterada?

Os autores aludidos também inserem em suas reflexões o modo como a discricionariedade tomará forma na política pública, dependendo isto especificamente: do contexto que a formulou; dos agentes participantes e, das suas tentativas de controle e fiscalização.

O conjunto de técnicas a serem empregadas neste trabalho permite a construção de uma sociologia compreensiva que estuda: motivações; valores; crenças; a própria avaliação desses egressos e, por fim, como a política foi pensada e articulada entre governo e universidade.

### **Desenvolvimento do Programa CsF**

As motivações que deram início ao programa foram justificadas como um plano estratégico da presidência da República, para produzir maior capacidade técnica e atender um

déficit de profissionais do mercado brasileiro. Assim, o Brasil teria um corpo técnico capaz de produzir inovação tecnológica condizente com a realidade internacional, adjetivada esta pela competitividade mercadológica.

A partir da pesquisa realizada constatou-se que o programa foi lançado oficialmente pelo ministro Aloizio Mercadante (na época Ministro da Ciência e Tecnologia) no dia 26 de julho de 2011, na 38ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento econômico. Inexiste um acervo bibliográfico mais significativo acerca da criação e instauração do CsF. Contudo pode-se alegar, de maneira prévia, alguns fatos interessantes a respeito do aludido Programa: o mesmo não fora previsto nas ações do Plano Nacional da Educação (PNE) de 2011-2020 na época de sua criação, e continuou sendo ignorado no plano que vai de 2014-2024. Entrementes, só a partir do ano de 2014 pode-se observar, ainda que de forma genérica, uma maior preocupação com a internacionalização para a educação. Revisitando discussões concernentes ao Plano Nacional de Educação de 2011-2020, verificou-se dado empenho no sentido de aumentar e consolidar o número de matrículas ofertadas na graduação, em especial para profissionais que atuam na educação básica de rede pública. Soma-se a tal movimento, o incentivo em relação à continuidade da capacitação profissional, com o estímulo ao desenvolvimento de planos de carreiras e reajuste salarial.

O decreto 7642 instituiu o Programa Ciência sem Fronteiras no dia 13 de dezembro de 2011, e em seu artigo 1º formulou que o objetivo do programa é o de formar e capacitar recursos humanos: a) nas universidades, b) nas instituições de educação profissional e tecnológicas e c) nos centros de pesquisa de excelência no exterior. O programa visou ainda atrair talentos e pesquisadores do exterior para o Brasil.

### **Os dados do programa CsF no Brasil**

O número de bolsas<sup>4</sup> de estudantes inscritos e bolsas concedidas por chamadas de graduação sanduíche do CsF de 2011 até 31 de dezembro de 2014 foi de 80.652, dado este coletado do site Ciência sem Fronteiras. O número de bolsas implementadas, por modalidade com dados atualizados até janeiro de 2016 foi de 92.880. Existe uma diferença entre as bolsas concedidas e bolsas implementadas, no primeiro caso significa que às candidaturas dos bolsistas são aceitas pelas instituições participantes do programa CsF. Enquanto que as bolsas

---

<sup>4</sup> Os dados mencionados do CsF aqui citados são oriundos do site: Brasil, CNPQ/CAPES. Painel de Controle do CsF. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso em: 31/10/2016 e 03/11/2016.

implementadas disponibilizam recursos para sanar despesas antecedentes com a viagem, mesmo que os estudantes ainda não tenham iniciado as atividades no exterior.

Podemos observar que o total de bolsas de graduação- sanduíche<sup>5</sup> implementadas para o exterior foi de 73.353 (78,97%), sabe-se que inicialmente seriam ofertadas 60 mil bolsas. Já as bolsas de doutorado sanduíche foram ofertadas 9.685 (10,42%), doutorado no exterior 3,353 (3,61%), atração de jovens talentos foi 504 (0,54%), pós-doutorado foi 4.652 (5,00%), bolsa pesquisador visitante 775 (0,83%) e mestrado no exterior 558 (0,60%).

As bolsas implementadas nacionalmente por área prioritária foram principalmente áreas de engenharia e demais áreas tecnológicas (1º lugar com 41. 594), e em segundo a área de Biologia, Ciências Biomédicas e saúde com 16.076. A área do programa denominada de indústria criativa fazia com que alguns cursos de humanas e sociais (considerados não prioritários) tivessem acesso ao programa, essa modalidade ficou em terceiro lugar em nível nacional com 8.061 bolsas implementadas.

Os dados foram analisados comparativamente com a distribuição de bolsas implementadas no Programa (independente da modalidade de bolsa), nas áreas de engenharia e demais tecnológicas foi de 27.500 (66,26%) bolsas para homens e 14.002 (33,73%) mulheres, já a indústria criativa teve para mulheres 5.237 (65,07%), e homens 2.811 (34,92%). Assim a área de indústria criativa teve mais da metade de mulheres, e inversamente nas áreas de engenharia se teve mais que a metade de homens, revelando uma tendência nas áreas historicamente predominante de população masculina. O número total de bolsas implementadas para a graduação na área de engenharia e demais tecnológicas foi de 93%, enquanto que a área da indústria criativa teve comparativamente para graduação 89%<sup>6</sup>, um número aproximado entre as duas áreas que recebiam estudantes no programa (com uma diferença de apenas 4% entre as duas áreas<sup>7</sup>).

Os recursos disponibilizados para o CsF seriam fornecidos pelo governo federal (75 mil bolsas) e pelo setor privado (26 mil bolsas). Segundo o relatório nº 21/2015, sob responsabilidade do Senador Cristovam Buarque, mediante informação da Capes as 26 mil bolsas que seriam ofertadas pelo setor privado só atingiram financiamento de 15. 508 bolsas, com a probabilidade de chegar a 21,5 mil (repassados até 2017). O relatório aponta falta de

<sup>5</sup> Modalidade de bolsa de intercâmbio ofertada para estudantes de graduação cursarem disciplinas em instituições estrangeiras (CsF, 2016).

<sup>6</sup> A área de engenharias e demais tecnológicas destinou 6% de bolsas para a pós-graduação, enquanto que a área de indústria criativa enviou 10% para a mesma modalidade de bolsa. Já o um (1%) desse total de bolsas foram destinados a outras modalidades.

<sup>7</sup> Essa comparação é feita porque se considera que a categoria de indústria criativa permitiria que os estudantes da área de Ciências Humanas e Sociais entrassem no programa CsF. Já a área de engenharia e demais tecnológicas contemplariam estudantes do curso de exatas.

documentos referentes ao CsF em órgãos de controle, por exemplo, no Tribunal de Contas da União (TCU), nem se faz menção ao programa nos seus relatórios.

O total de gastos com programa foi de 10,5 bilhões reais até novembro de 2015. O MCTI contribuiu com 34% e o MEC 66%. Nesta data a primeira fase do programa estava praticamente finalizada, o setor privado investiu muito pouco, calculando o que ele poderia ainda repassar chegaria a um total de um bilhão de reais, isso significa apenas 10% de contribuição, levando a uma redução bem inferior aos 25% percentuais previstos inicialmente. Concluiu-se no relatório que dos 10,5 bilhões para 101.446 mil bolsas equivalem em média 103 mil por bolsista. O gasto com o programa CsF foi ultrapassado três vezes aquilo que o orçamento inicial previu. O relatório do Senado Federal Nº21/2015 reafirma que o programa deve ser inserido como política de Estado. O projeto de lei nº 798 de 2015 prevê as modalidades de bolsas sanduíche para todos os níveis, inclusive de graduação-sanduíche. Também a importância de honrar os compromissos com as bolsas concedidas, e criar recursos para concessão de novas bolsas.

### **Referencial analítico**

Esta pesquisa toma como debate a reflexão sobre a construção do CsF como uma política pública entendida como “o governo em ação” (Souza, 2007, p. 69); entretanto nesse trabalho importa considerar a implementação a partir dos aparatos burocráticos constituídos na formulação do programa. Em referência a burocracia, importa-nos compreendê-la em universo micro a partir da análise na atuação de agentes públicos do estudo de caso envolvidos no programa CsF, consideradas suas atuações como agentes públicos em níveis intermediários e cargos em nível inferior de hierarquia.

Estudos na micro área da burocracia passaram a ser feitos a partir de 1980, nos quais se revelaram não só aspectos gerais na atuação desses agentes (bombeiros, policiais, professores etc.), mais especificamente como lidam diretamente com o público. Tais agentes são denominados agentes de rua<sup>8</sup>, verificando-se parcialidade e certo poder de decisão no decorrer de sua atuação. A importância desse tipo de análise consiste no fato de que a ação ou omissão desses agentes mostra não apenas como a política chegará aos beneficiários, mas como estes a enxergarão. (Rua & Rommani, 2013, p. 17).

Nesse sentido cabe analisar a discricionariedade desses atores; entendida como a disponibilidade do poder de decisão concedido aos servidores públicos no que tange a melhor

---

<sup>8</sup> O termo “burocratas de rua” é cunhado por Michael Lipsky (1980) (conferir apud Ham & Hill, p.186).



maneira de empreender sua atuação. Essa liberdade se traduz na ação ou omissão do agente público frente aos diferentes cenários e decisões com as quais se depara no decorrer do seu exercício funcional. Ham e Hill (1993) observam a importância de pensar a discricionariedade em termos de transferência de poder de decisão das responsabilidades governamentais aos denominados burocratas de rua. Em princípio, estes indivíduos seriam subordinados às altas lideranças; todavia, como acabam tendo o poder de implementar a política pública a seus moldes, o contrário pode ocorrer, ou seja, tomarem as decisões que considerarem melhores aos seus olhos.

Constatamos na avaliação do programa Ciência sem Fronteiras, dois aspectos importantes, o primeiro - as universidades que aderiram ao programa tiveram um tempo muito reduzido<sup>9</sup> para sua implementação, o que demandou formar um quadro de servidores que atuassem em ações de internacionalização com ou sem experiência prévia, isso possibilitou um grau maior de discricionariedade dos burocratas para definição das estratégias de implementação do programa (ainda que o edital previsse todos os critérios de seleção e ofertas<sup>10</sup>). Um outro aspecto a ressaltar é que a plena autoavaliação do CsF se tornou insustentável, face ao fato de que, tanto as lideranças idealizadoras do programa quanto os burocratas de rua, ou seja, os funcionários das agências de fomento - Capes/CNPq<sup>11</sup> e os funcionários do estudo específico, não terem lograram êxito no objetivo de monitoração e fiscalização dos egressos do CsF. Nesse sentido, as reflexões sobre eficiência, eficácia e efetividade do programa são inúmeras, pois sua curta duração não permitiu uma avaliação a longo prazo dos processos.

Entretanto, sobre a avaliação no programa em nível nacional, caberia pontuar três indagações relativas a três distintos aspectos:

Teve eficácia<sup>12</sup>? Ao que responderíamos, sim. O objetivo de implementar as 100<sup>13</sup> mil bolsas em nível nacional de fato se concretizaram, inclusive com mudanças na oferta de

---

<sup>9</sup> As universidades tiveram o prazo para implementar o programa CsF conforme chamada pública de adesão proposta pela Capes, e o lançamento do primeiro edital do referido programa.

<sup>10</sup> Cabe esclarecer que as IES deveriam selecionar os estudantes com critérios pré-estabelecidos pela Capes e CNPq como: créditos mínimos cursados; nível de proficiência linguística etc. Quanto ao CR acumulado dos estudantes ficava a critério de cada IES.

<sup>11</sup> A segunda etapa de seleção dos bolsistas ficou sob responsabilidade da Capes e do CNPq.

<sup>12</sup> Conforme nos informa o dicionário on-line, o significado de eficácia é: “Qualidade daquilo que alcança os resultados planejados; característica do que produz os efeitos esperados, do que é eficaz”. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/eficacia/>>. Acesso em: 17/06/2021.

<sup>13</sup> Inicialmente seriam ofertadas 60 mil bolsas para a graduação, mas com a alteração as bolsas concedidas por chamadas de graduação sanduíche do CsF de 2011 até 31 de dezembro de 2014 foi de 80.652.

bolsas que seriam destinadas à pós-graduação<sup>14</sup>. Foi eficiente? Considerando que a eficiência leva em conta além do cumprimento dos objetivos, os instrumentos e recursos que foram empregados da melhor maneira, aqui está em xeque a qualidade do próprio processo. Neste quesito podemos problematizar afirmando que o programa concentrou o destino dos estudantes em um país que tinham universidades bem dispendiosas, a saber, EUA. Além disso, ultrapassou em grande número seu orçamento inicial. É preciso destacar que não dispomos de instrumentos que meçam o quanto o programa CsF efetivamente contribuiu para a formação de redes internacionais de cooperação com as instituições brasileiras<sup>15</sup>, porém podemos sinalizar tendo como parâmetro nosso estudo de caso que não houve aumento da mesma, somando a isto outros trabalhos de dissertações em nível nacional sobre o CsF apontam a mesma dificuldade. Assim não podemos avaliar prontamente o impacto de transferência de conhecimento<sup>16</sup> e parcerias que foram realizadas no plano macroestrutural<sup>17</sup>.

Houve efetividade? Neste quesito o ponto de maior controvérsia: na medida em que a efetividade propõe mudar uma situação existente para melhor, a constatação da efetividade em nosso caso dar-se-ia à luz da própria transformação da política educacional de internacionalização no país. Ao invés de um parecer conclusivo sobre os possíveis efeitos do programa, preferimos adotar certa cautela, e pontuar que só o fato do CsF ter contribuído significativamente para a promoção do debate em diferentes segmentos da sociedade, já o qualifica e o situa no âmbito de uma perspectiva transformadora. Ou seja, a efetividade se deu na promoção de um maior conhecimento sobre o tema, e na descoberta de que experiências como esta merecem análises atentas, estudos estes que por si só contribuirão como constructos de conhecimento na geração de mudanças.

Situar pragmaticamente a avaliação no âmbito da política pública do programa CsF implica apontar que o grau de confiabilidade entre os participantes, poderá ter ficado prejudicado, face formulação de política centralizada na alta hierarquia, sem o necessário e enriquecedor debate entre diferentes setores que atuam no âmbito da educação superior e da pesquisa científica. Em decorrência do contexto acima, a política pública no CsF pode ser considerada sob a ótica da discricionariedade. Não obstante a concentração de poder na alta hierarquia, os agentes da Capes e CNPq lançando mão de certa discricionariedade, criam

<sup>14</sup> Já a pós-graduação (independente da modalidade de bolsa) foram destinadas a soma de 18.448, excluindo desse cálculo a modalidade de bolsa jovem talento e professor visitante.

<sup>15</sup> Cf. Relatório do Senado Federal (2015); Judd (2014) Pereira (2013); Chaves (2015).

<sup>16</sup> O coordenador da Coordenação de Relações Internacionais e Interinstitucionais afirmou que em sua atual gestão existiam 32 convênios firmados com países, sendo 11 deles com Portugal, e 9 do programa CsF. Contudo afirmou que significativamente tal experiência não aumentou a cooperação acadêmica bilateral.

<sup>17</sup> Foram realizadas duas entrevistas semi-estruturadas com o atual coordenador de Relações Internacionais e Interinstitucionais, e o Vice-Coordenador do programa CsF.

como estratégia uma maior oferta na graduação, com metas a serem alcançadas no envio de estudantes deste nível.

Importa assinalar que, não obstante o cumprimento nas metas de envio acima referidas, o processo como um todo tem na avaliação das candidaturas discentes e no acompanhamento e monitoramento dos estudantes no exterior seus pontos frágeis. Tal insucesso se dá, basicamente, em função do curto prazo de implementação.

## **Resultados da pesquisa**

Ao considerarmos a priori “como o CsF foi formulado”, constatamos ter sido este gerado de maneira centralizada, sem articulação e diálogo com as universidades e centros de pesquisa brasileiros. Corroboram tal percepção trabalhos como os de Borges (2015) e Judd (2014). Nestes trabalhos percebemos como as agências desenvolveram meramente o papel de executoras das atribuições direcionadas a sua atuação. Isto fez com que a atividade de monitoramento e acompanhamento de estudantes fosse prejudicada, uma vez que a Capes e o CNPq, tendo exíguos prazos, precisavam cumprir metas estabelecidas no envio de estudantes. Tal fato de certa forma contribuiu na falta de criação de uma rede bem articulada que unisse universidades estrangeiras-IES do Brasil- bolsistas do CsF em coordenação com as agências (mediadoras do processo). Assim um dos objetivos do programa, criar cooperações internacionais em longo prazo ficou prejudicado.

Ainda sobre a formulação do programa enquanto política pública, as medidas apresentadas como estratégias para competir internacionalmente e difundir a ciência no país, tiveram resultados positivos, mas também limitados. Houve realmente um aumento de publicações<sup>18</sup> da ciência brasileira, mas a criação de redes internacionais foi mais difícil, como aferido no relatório nº 21 de dezembro de 2015 do Senado Federal.

Além disso, existem autores<sup>19</sup> que abordam que a criação do programa CsF com o objetivo de desenvolvimento nacional com viés econômico voltado apenas para o mercado de trabalho, na história do país não surtiu os resultados esperados em termos de impacto social. Santos (2012) tece uma crítica no sentido de que os resultados encontrados não justificam a reaplicação do Programa CsF, uma vez que este reproduz uma política já desenvolvida em

---

<sup>18</sup> O texto contextualiza o cenário de publicações científicas do Brasil em comparação com o ranking mundial; focando nos BRICS, do período de 1995 a 2011, o Brasil passou da 22ª posição para 15ª. (Senado Federal, Nº 21 de 2015, p.58).

<sup>19</sup> Santos, 2012, p. 345; Junior & Spears, 2012, p. 20.

outra experiência do Brasil. Assim, o programa, a partir da perspectiva do “desenvolvimento”, refletiria uma estratégia “*pouco exitosa*” (Santos, 2012, p. 345).

Em contrapartida, outros estudiosos afirmam que esta não foi uma estratégia exclusiva do Brasil, outros países adotaram programas de mobilidade com resultados positivos. Pereira (2013)<sup>20</sup> comenta a experiência de alguns países que investiram na mobilidade acadêmica internacional como Índia, Europa, China, Portugal etc. Especificamente trata o exemplo do Chile, Argentina e Europa, com programas respectivamente denominados Becas Chile, Bec Ar, e Erasmus.

Ambas as explicações sobre a criação do programa são pertinentes. Sabemos que o viés econômico não deveria ser o único motivo para o investimento da internacionalização da educação. Outros aspectos a serem considerados são que os próprios resultados do programa se mostraram frágeis<sup>21</sup>. Assim, a política pública deveria ter sido pensada por seus formuladores em longa duração, com objetivos mais palpáveis e planos mais definidos.

Um das críticas mais importantes, diz respeito a ausência de justificativas do governo na escolha das áreas prioritárias do programa, pois limitou o acesso das ciências humanas e sociais<sup>22</sup> que não puderam participar do CsF.<sup>23</sup>

Vale realçar uma outra crítica<sup>24</sup>: a de que o foco do programa não deveria ser na modalidade de bolsa graduação-sanduiche (seria impossível cumprir as metas na pós-graduação, já que as universidades estrangeiras são mais criteriosas na seleção destes estudantes).

Ressalta-se que a modalidade mestrado-profissional não funcionou<sup>25</sup>, e para que as bolsas ofertadas na pós-graduação fossem atingidas, ampliaram-se para *stricto sensu*, o que anteriormente não era permitido. Outro fato curioso é que bolsas da própria pós-graduação tiveram que ser remanejadas para a graduação. Além disso, outro problema foi a falta de estudantes com nível de proficiência em línguas suficiente para conquistar a vaga dos editais, resultando na flexibilização das exigências mínimas para a seleção dos estudantes<sup>26</sup>. Também

---

<sup>20</sup> Segundo Pereira (2013): “[...] os bolsistas consideram a participação no Programa CsF uma importante experiência em suas vidas [...] sugerem, também, maior comunicação entre as instituições ou, mesmo, a criação de uma rede a fim de viabilizarem a realização de estágio em empresas (p.95).

<sup>21</sup> (Resolução Nº 21, 2015).

<sup>22</sup> Alguns estudantes de cursos das áreas de humanas e sociais tiveram suas candidaturas indeferidas pelas agências de fomento. Um exemplo foi uma estudante do estudo de caso que entrou na justiça para reclamar o seu direito à vaga.

<sup>23</sup> (Conf.Lucchesi e Malanga, 2016, p.91).

<sup>24</sup> Conferir relatório nº 21 de dezembro de 2015 do Senado Federal.

<sup>25</sup> Conferir relatório nº 21 de dezembro de 2015 do Senado Federal.

<sup>26</sup> Chaves (2015) coloca que segundo o gestor da Capes o ministro tirou Portugal do rol das universidades participantes, a fim de que estudantes brasileiros aprendessem outra língua. Esse gestor da Capes segundo ela

ocorreu inicialmente a oferta gratuita das provas de Toefl-ITP, e posteriormente, a oferta de cursos de línguas no exterior como medidas para sanar os referidos problemas.

Em relação aos gastos do programa, constatou-se que eles foram onerosos para os cofres públicos, inclusive acima do esperado, os recursos foram de 10,5 bilhões de reais para 101.446 mil bolsas equivalendo em média 103 mil por bolsista<sup>27</sup>. Ainda sobre o orçamento, a iniciativa privada não participou muito na concessão de verbas, uma vez que a criação de bolsas não seria de mero interesse das financiadoras. Por outro lado, a participação destas na concessão de estágios em empresas brasileiras foi muito positiva. Outro fato a ser apontado foi a concentração de bolsas para países como EUA, o que tornou mais dispendiosa as candidaturas. É interessante pontuar também que o programa sofreu duras críticas por conta de destinos como Portugal e Espanha, não concedendo mais bolsas para tais países.

Ademais, vale ressaltar que ao longo desta pesquisa foram encontradas algumas dissertações de mestrado<sup>28</sup> que questionaram a representação do perfil do bolsista do CsF, apontando que a presença de estudantes negros no programa foi bem desigual. A desigualdade regional também foi verificada, houve uma concentração de bolsas na região sudeste, principalmente no Estado de São Paulo.<sup>29</sup> Além disso, destacamos que em nenhum momento o relatório do Senado Federal discute a direcionamento de bolsas para a área de Engenharias e suas tecnologias.

### **O estudo de caso do CsF**

Na entrevista realizada com o coordenador atual de Relações Internacionais e Interinstitucionais da instituição, foi destacado que o Programa CsF foi uma iniciativa do governo federal para a graduação, e até mesmo para a pós-graduação e outras modalidades de bolsa, como de professor visitante. Relata ainda que se refere ao Programa no passado uma vez que foi cancelado pelo governo federal.

Indagado quanto às possíveis dificuldades encontradas na implementação do programa, o entrevistado relata que pode ter ideia de quais tenham sido: uma delas foi o fato

---

afirma que os presidentes da Capes e CNPq viajaram um mês pelo mundo para procurar parceiros para a mobilidade internacional brasileira. (Chaves, 2015, p.108)

<sup>27</sup> O gasto refere-se ao cálculo final apresentado com cada bolsista do programa CsF até o ano de 2015. (Senado Federal, Nº 21 de 2015).

<sup>28</sup> Borges (2015); Lage (2015).

<sup>29</sup> Borges (2015, p. 164), evidencia que o perfil dos bolsistas do programa CsF é de indivíduos do sexo masculino, de cor branca, com família privilegiada economicamente, estudantes de universidades públicas da região sudeste do Brasil.

que o setor não estava pronto para receber um programa desse porte, e que só conseguiu ser operacionalizado pela força de vontade dos funcionários.

A participação das universidades brasileiras no CsF foi realizada mediante o acordo de adesão<sup>30</sup> que se refere a uma carta aos reitores, sendo estes responsáveis por preencher os dados sobre suas instituições. No acordo se comprometiam em divulgar amplamente o programa; aderir aos termos e normas das chamadas públicas dos editais, selecionar seus estudantes; aferir o conhecimento de créditos e estágios; indicar e fazer conhecido seu coordenador institucional. É importante destacar que coordenador dispunha de uma página oficial para troca de experiências com outros funcionários em nível nacional. Existiu também um manual do CNPq para gestores do programa CsF, este documento apresentava informações, e principais orientações da atuação do coordenador institucional (como proceder nas homologações, avaliações etc.). O gestor poderia em tempo real acompanhar bolsistas na modalidade acadêmica através da plataforma Carlos Chagas (PICC). É importante destacar que o coordenador institucional ficava responsável por averiguar os relatórios parciais que os estudantes desenvolviam no exterior, e os relatórios finais, a saber, que os mesmos deveriam responder no final da mobilidade. Em relação ao último relatório, o estudante indicava um supervisor no exterior que o avaliaria, caso tivesse realizado estágio. Tendo o coordenador institucional os dados do preenchimento das atividades desempenhadas pelos estudantes e pelo próprio supervisor no exterior, então, fazia sua própria análise dos dados. Após estes procedimentos o próprio CNPq fazia a sua avaliação externa (o CNPq realizava essa análise técnica quando o parecer do coordenador da IES declarasse o relatório apresentado pelo estudante como insatisfatório, ou quando este não retornasse as atividades em sua instituição de origem. Isso demonstra uma certa “cooperação entre as partes envolvidas”.

Ressalta-se que em 2014, a Capes lança dois documentos para o coordenador Institucional: 1) Manual da Capes dos coordenadores Institucionais do Programa CsF, basicamente regras e procedimentos para a homologação de inscrições. E o segundo o Manual mala direta com orientações para que o coordenador pudesse proceder quanto a avaliação do relatório final do ex-bolsista da graduação-sanduíche do CsF.

Através da participação do Vice Coordenador descobrimos que a universidade assinou este acordo de adesão do programa CsF, e assim passou a participar do programa, se comprometendo em colaborar com o mesmo. Além disso, o coordenador institucional de 2011

---

<sup>30</sup>Conferir:<<https://sites.google.com/a/capes.gov.br/coordenador-csf/>>.  
<<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/impor-docs>>. Acesso:12/01/2018

a 2015 foi a determinadas reuniões em Brasília, nos levando a pensar que esta tenha sido a articulação com a academia.

A relação das agências com a instituição se mostrou em algumas falas um pouco delicada, uma vez que afirmam não terem muito conhecimento sobre o programa. Só tomando conhecimento quando as chamadas se tornaram públicas. Também não houve de forma imediata um documento que ajudasse as instituições nos procedimentos básicos, posteriormente, no entanto esse documento (“manual”) foi formulado. Cabe também destacar as partes em que se mencionam os esforços dos funcionários para se adequarem àquilo que as agências determinavam, não existindo um maior diálogo entre elas nem mesmo para discussão dos critérios de admissão dos estudantes. Esse conflito com as agências também se evidenciou quando 60 estudantes criticam pontualmente a atuação do programa e das próprias agências.

O Vice Coordenador do CsF no estudo de caso informou, na entrevista, que adesão ao programa e a atuação da universidade se deu de forma passiva, pois o Ministério da Educação era o maior responsável e o principal ator:

[...] essa adesão significou realmente isso, acatar ao que seria feito, porque a participação era maior do ministério da educação, da universidade de fora e aluno [...] as universidades ficaram agindo mais passivamente, quando o aluno já tinha a carta de aceite, pronto para ele poder viajar [...]”. (Vice Coordenador, 2017).

A despeito da notificação da IES sobre a existência do programa o Vice Coordenador do CsF afirma que não dispõe de muitas informações. Acredita que tenham ocorrido reuniões em Brasília nas quais o Coordenador Institucional tenha sido comunicado de sua existência, ficando então encarregado de informar ao Reitor. A partir da fala do entrevistado percebe-se que não houve um diálogo muito aberto entre os responsáveis pela implementação da política pública e as pessoas que receberiam diretamente os “serviços” (programa):

[...] Aqui foi recebido até onde eu sei, com entusiasmo, uma grande oportunidade a nível nacional, e ficamos de sobreaviso esperando mais detalhes. Porque vamos ter esse programa para os alunos, e depois ficamos aguardando também pra ver como seria esse programa. Até então, nós não sabíamos, só fomos de fato conhecer quando começaram a vir as chamadas. (Vice Coordenador, 2017).

Conforme se desprende do exposto acima, os “agentes de nível de rua” receberam o programa e tentaram desempenhar da melhor maneira seus “serviços”, porém é nítido que havia um desconhecimento sobre o programa e que sua realização pode ter ficado prejudicada

devido à falta de diálogo entre esses setores. Aqui se percebe que o desenho da política pública, foi negligenciada pelos “formuladores” da mesma.

O entrevistado foi questionado quanto à existência de uma preparação prévia sobre o mecanismo de funcionamento do programa, sua resposta foi: “[...] Não, não houve nenhum tipo de preparação, os assessores internacionais foram comunicados, e logo a seguir foi feito o programa”. Mais uma vez destacamos a falta de informações sobre o programa, o que seria fundamental no processo de implementação, levando-se em conta a rapidez com a qual foi colocado em “prática”.

Segundo o Vice Coordenador, a burocracia (documentos e acordos) para a participação da instituição no programa, era estabelecida mediante acordo. Ele afirma que as universidades só precisavam aderir ao programa se comprometendo a cumprir o acordo de cooperação, não havia um documento mais formal para oficializar este fato. Identificamos que essa “parceria” entre as universidades e o programa, visava principalmente selecionar seus estudantes etc. Ou seja, não existia um documento mais formal, além do acordo de adesão, que normatizassem as responsabilidades que as IES desempenhariam e nem das agências de fomento.

### **Quem são os egressos do CsF na UFRRJ?**

A respectiva UFRRJ apresentou os seguintes dados em relação ao programa CsF: 89,42% graduação-sanduíche exterior, 8,31% doutorado sanduíche; 1,55% doutorado pleno no exterior; 0,17% atração de jovens talentos; 0,34% pós-doutorado e 0,17% pesquisador visitante<sup>31</sup>. A distribuição total de bolsas foi de 575 bolsistas no CsF, sendo 327 (57%) mulheres e 248 (43%) homens. Finalizamos a apresentação dos dados disponibilizados no programa CsF, e a seguir apresentamos os dados da amostra realizada com os egressos do programa CsF desse objeto de estudo.

A amostra da universidade foi composta por um número maior de bolsistas mulheres que homens, com uma diferença de 16,1%. Sendo 58% mulheres e 42% homens (Survey da pesquisa). Comparando com os dados do programa em nível nacional, constatamos o inverso, sendo a presença da população de homens relativamente superior do que o de mulheres. O número de mulheres em nível nacional foi de 40.219, e de homens com 51.280<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Conferir em relação a todos os dados mencionados do CsF, Brasil, CNPQ/CAPES. Painel de Controle do Programa Ciências sem Fronteiras. Disponível em:

<<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso em: 13/12/2016.

<sup>32</sup> Os dados mencionados do CsF (nível nacional) aqui citados são oriundos do site: Brasil, CNPQ/CAPES. Ciências sem Fronteira. Painel de Controle do Programa Ciências sem Fronteiras. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso em: 31/10/2016 e 03/11/2016.



Sobre o perfil socioeconômico do estudante, em relação à renda familiar dos ex-bolsistas, obteve-se os seguintes dados: 37,6% (77), possuía uma renda média de 3 a 5 salários mínimos; 30,7 % (63) estavam na faixa de 1 até 3 salários mínimos e 22,4% (46) tinham renda familiar de seis até dez salários mínimos. Uma minoria, 8,8% (18), possuía mais de dez salários mínimos e apenas um estudante contava com renda inferior a um salário mínimo. Todos os ex-bolsistas responderam sobre a renda familiar.

**Tabela 1:** Distribuição dos bolsistas por renda familiar

Faixas da Renda	Frequência	Percentual (%)
De 1 até 3 salários mínimos	63	30.7
De 3 a 5 salários mínimos	77	37.6
De 6 até 10 salários mínimos	46	22.4
Mais de 10 salários mínimos	18	8.8
Menos de 1 salário mínimo	1	.5
Total	205	100.0

Fonte: Dados de pesquisa. Elaborado pelas autoras, 2018.

A partir desses dados foi possível constatar que a maioria dos egressos possuía uma renda de até no máximo 5 salários mínimos, inferindo-se então, que a grande maioria não teria condições econômicas para arcar com os custos de suas estadias no exterior.

A seguir, a idade da amostra dos bolsistas da instituição, revelou que em sua maioria os estudantes tinham entre 23 a 26 anos, com 65,9%, e que 30,2% tinham 27 anos ou mais, atesta-se que a idade dos bolsistas se encontra numa margem favorável daquilo que o Ministério da Educação coloca como adequado para a formação acadêmica desse estudante. Apenas oito estudantes dessa amostra tinham entre 18 a 22 anos no momento em que a pesquisa foi realizada.

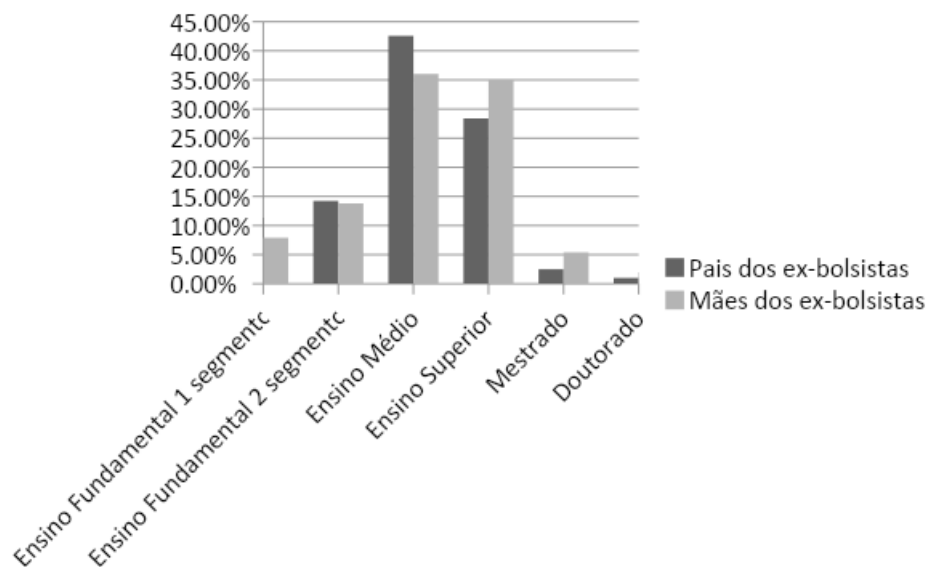
**Tabela 2:** Distribuição da idade dos ex-bolsistas

	Frequência	Porcentagem (%)
De 18 até 22 anos	8	3.9
De 23 até 26 anos	135	65.9
De 27 em diante	62	30.2
Total	205	100.0

Fonte: Dados de pesquisa. Elaborado pelas autoras 2018.

A pesquisa de escolaridade dos pais dos estudantes foi realizada com o intuito de saber mais detalhadamente sobre a origem deste estudante. A maioria dos pais, independente do sexo, possui ensino médio completo. Sendo que as mães com nível médio equivalem a 35,6%, e os pais a 42,9%. Já as mães dos bolsistas com nível superior eram de 34,6%, e os pais 28,3%. Além disso o número de mães com pós-graduação (Mestrado e doutorado) equivale ao dobro dos pais, significando que existem mais mulheres com nível de especialização superior no contexto analisado. Segue abaixo o gráfico comparativo.

**Figura 1:** Distribuição de nível de escolaridade dos pais



Fonte: Dados de pesquisa. Elaborado pelas autoras. 2018.

A maioria dos estudantes se declarou brancos, com 58,5%, seguido de pardos com 26,3% e pretos com 12,2%. Também 2,9% ex-bolsistas se declaram amarelos. Se somados, pretos e pardos (IBGE), tem-se 38,5% da população negra presente na amostra. Este dado mostrou que houve diversidade no perfil do estudante desta instituição.

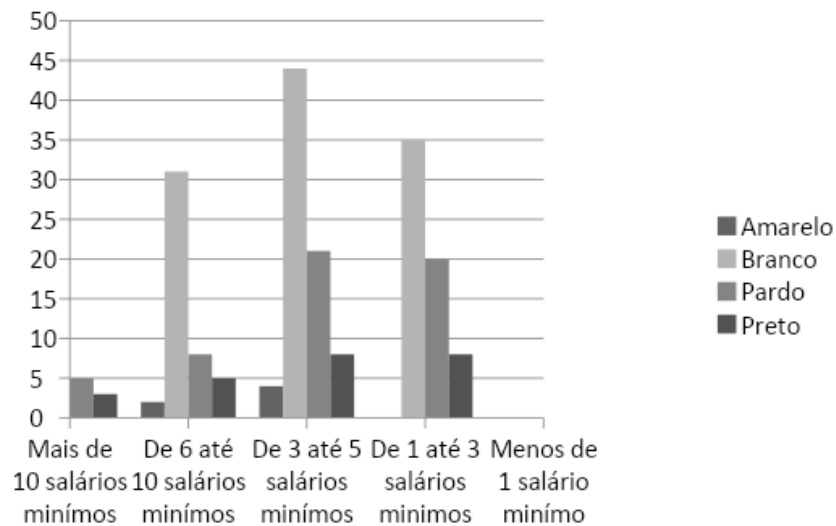
Ilustra-se que daqueles declarados brancos (soma de 44 homens e mulheres) recebem entre 3 a 5 salários mínimos. E 31 dos egressos da amostra branca recebem entre 6 a 10

salários mínimos, restando 35 com 1 a 3 salários mínimos. Cumpre mencionar ainda que 10 egressos da amostra branca possuíam acima de 10 salários mínimos<sup>33</sup>.

Ao contrário dos pretos e pardos que compõe a amostra da população negra, em que 28 egressos recebem de 1 até 3 salários mínimos e 29 recebem de 3 até 5 salários mínimos. Destaca-se que apenas treze pessoas negras recebem de 6 a 10 salários mínimos. A renda familiar do restante dos 8 egressos somava mais de 10 salários mínimos. Cumpre ainda mencionar que apenas uma pessoa recebia menos de um salário mínimo.

Esses dados servem de base para diagnosticar o fato que a maioria da amostra com renda alta pertence o segmento correspondente aos brancos, em comparação com a população negra.

**Figura 2:** Renda da família dos bolsistas por raça (cor).



Fonte: Dados de pesquisa. Elaborado pelas autoras, 2018.

Podemos perceber que um dos objetivos do Programa foi atendido, uma vez que parcela significativa dos estudantes que responderam a esse questionário (39%) foram contemplados com bolsas para áreas de engenharias e demais áreas tecnológicas:

**Tabela 3:** Distribuição de bolsa por área de conhecimento no CsF

Bolsa por área de conhecimento do CsF	Porcentagem
Engenharias e demais áreas tecnológicas	39%

<sup>33</sup> O total de 205 egressos responderam essa questão. Cabe mencionar que dois egressos (autodeclarados cor amarela) possuíam renda familiar entre 6 até 10 salários mínimos, e ainda quatro estudantes possuíam de 3 até 5 salários mínimos.

Ciências Exatas e da Terra	22,40%
Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde	14,6%.
Produção agrícola e sustentável	9,80%

Fonte: Dados de pesquisa. Elaborado pelas autoras, 2018.

### **Como os egressos e gestores pensam o CsF**

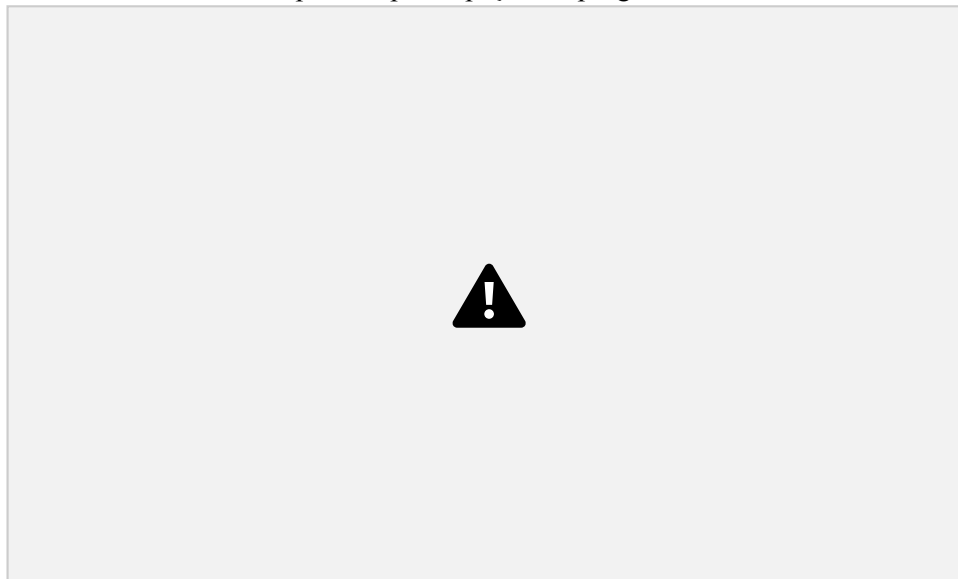
De maneira geral quanto à avaliação dos objetivos do programa, temos as seguintes repostas: quanto a desenvolver projetos de pesquisa, estudos, treinamentos e capacitação em instituições de excelência no exterior- 39% (80) dos ex-bolsistas responderam que conseguiram esse êxito, e 38,5% (79) que o realizaram plenamente. Porém nas respostas qualitativas 13 estudantes fizeram críticas sobre as instituições estrangeiras nas quais estudaram, especificamente oito (8) afirmam que as instituições proibiam a liberdade de escolhas de disciplinas de sua grade, assim os estudantes só podiam escolher as disciplinas que elas disponibilizassem.

Sobre o segundo objetivo norteador do CsF: Se houve oportunidade de cooperação entre grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros de universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa de reconhecido padrão internacional; têm-se os seguintes resultados: 27,3% (56) concordaram que sim houve essa possibilidade; e 26% (54) afirmaram que não concordavam e nem discordavam sobre o assunto. Já nas respostas qualitativas alguns especificamente apontaram que faltou apoio das agências ao escolher universidades que se comprometessem em ofertar esses estágios, ou ao menos a estabelecer parcerias com centros de pesquisa e empresas que disponibilizassem tal acesso aos bolsistas.

Por fim, o último objetivo do Programa: A atualização de conhecimentos em grades curriculares diferenciadas no exterior. Obteve-se a esse requisito uma visão amplamente positiva, uma vez que 47,3% (97) dos ex-bolsistas responderam que estavam completamente de acordo que obteve o resultado, e 38% (78) que estavam de acordo. Não concordaram nem discordaram uma média de 9,8% (20) e uma pequena parcela, 4,4% (9), alegou que não teve êxito. No geral, a maior parte dos estudantes apontou que houve benefícios em seus currículos. Inclusive nas respostas abertas 114 responderam algum ponto positivo sobre sua participação no programa ou sobre a contribuição em sua formação. Especificamente sobre o ganho acadêmico, 33, afirmaram ser uma experiência única na aquisição de novos conhecimentos, além dos aspectos linguísticos, culturais e sociais.

Inferiu-se também que em função dos conhecimentos adquiridos através do programa ocorreram mudanças positivas, na vida acadêmica e/ou profissional dos ex-bolsistas: 47,8% (98), afirmou que ocorreram mudanças em sua vida, e, 27,8% (57), assinalaram estar de acordo. Palavras como aperfeiçoamento pessoal ou interpessoal, inovação curricular, e desenvolvimento de novas aptidões estiveram presentes em suas afirmações. A seguir a tabela exemplificando os dados:

**Figura 3:** Avaliação se houve mudança qualitativa na vida acadêmica e/ou profissional do ex-bolsista após sua participação no programa



Fonte. Dados da pesquisa. Elaborado pelas autoras, 2017.

Sobre as percepções acerca das contribuições do programa CsF na formação acadêmica, os estudantes entrevistados, de maneira geral, afirmam que o programa teve um impacto positivo em suas vidas devido aos contatos com outros países, línguas e culturas. A troca de informações e conhecimentos; a descoberta de novas possibilidades e objetos de pesquisa foram de notável relevância para esses estudantes, que ainda acrescentaram a importância do amadurecimento profissional durante a estadia em outro país. Segue abaixo a fala de um entrevistado:

É vital a importância do projeto na formação de um profissional que visa melhoras nas condições de sua área em seu país ou num contexto internacional, por fazê-lo aprender sobre outra cultura, costumes, em geral bem diversos dos nossos, e assim, aprender a ver o mundo sobre outra perspectiva. Além de possibilitar uma gama de contatos acadêmicos ou profissionais que só tende a beneficiar o intercâmbio de tecnologias, produtos e serviços entre países para melhor contextualizar o Brasil no cenário internacional. (Estudante 53).

Além disso, 131<sup>34</sup> estudantes observaram que houve mudança no seu perfil enquanto aluno, de maneira geral, os estudantes afirmaram que houve um aumento no interesse pelos estudos, ou que adquiriram ou aprimoraram alguma “qualidade” ou “característica” positiva para sua vida acadêmica. Contudo 60 responderam que não perceberam essa diferença. Alguns casos também ressaltaram a oportunidade de acesso a uma vaga em empresas no Brasil ou pós-graduação por conta de seus estudos.

Gostaríamos agora de destacar críticas feitas a atuação da universidade desse estudo de caso, condensando as perspectivas dos coordenadores com a dos estudantes. Pelo menos 20 estudantes na pesquisa levantaram aspectos positivos da instituição e ao menos 10 a valorização dos seus currículos profissionais e de sua educação. Contudo, 30 fizeram fortes críticas à atuação da instituição no período de vigência do programa. Dentre as críticas destacaríamos: seleção dos estudantes (alguns estudantes afirmaram que seus colegas não teriam condições de participar do programa, porque não possuíam o mínimo de proficiência no idioma estrangeiro para desempenhar bem suas atividades acadêmicas, ou não tinham outras qualidades necessárias como responsabilidade, experiência com pesquisa etc); falta de orientação aos discentes na escolha das disciplinas a serem cursadas no exterior; carência de um estudo comparativo entre as ementas das disciplinas oferecidas no exterior, e o possível aproveitamento dos créditos no Brasil; ausência de explicitação da quantidade de créditos mínimos a serem cursados; obrigatoriedade ou não de cursar estágio.

Os itens acima enumerados denunciam a inexistência de um plano de estudo curricular prévio, acarretando tal lacuna no insatisfatório aproveitamento curricular de 14 ex-bolsistas (infelizmente pelo menos 4 alunos não tiveram qualquer aproveitamento no seu histórico).

O Vice Coordenador do CsF na universidade, em relação à seleção de disciplinas, também concorda que muitos planos de estudos deveriam ter sido realizados antes da viagem do estudante. Observou que como cada coordenadoria de curso tinha autonomia para decidir isto, ele não teve muito conhecimento sobre estas decisões. Porém, destaca que muitos estudantes só o procuravam quando precisavam de algum documento e que a instituição ajudou até disponibilizando documentos em outro idioma, coisa que não estavam autorizados a fazer. Entretanto, alguns estudantes destacaram que era difícil achar os responsáveis pelo programa na instituição de origem e que eles não possuíam conhecimento sobre uma série de informações. Quanto a este fato, a partir da fala do Vice Coordenador e coordenador de RI

---

<sup>34</sup> Os números que não constam porcentagem são referentes a soma de repostas da pergunta aberta.

podemos perceber que a própria IES estava se adaptando a uma nova realidade, o que contribuiu para os ocasionais ruídos de comunicação, ressaltam ainda que a universidade não possuía muita liberdade de atuação, uma vez que tinham que cumprir as metas impostas pelo acordo (acordo de adesão).

Também é interessante pontuar aquilo que o Vice Coordenador destacou sobre o primeiro edital: Houve maior rigor nos critérios da primeira chamada do que nas seguintes. Isso porque a administração de relações internacionais da universidade decidiu flexibilizar os critérios de admissão do bolsista CsF visando favorecer às particularidades dos seus estudantes. De acordo com o Vice Coordenador foi uma medida qualitativa, uma vez que atendia ao público da instituição, tal fato compreende-se mediante o acordo de cooperação do programa CsF. Em outras palavras não existiam regras padronizadas bem definidas feitas nos editais pelas agências fomentadoras que deveriam ser seguidas por todas instituições brasileiras; e assim as instituições participantes criavam critérios que consideravam adequadas a sua realidade. No caso específico dessa amostra o conceito mínimo de CR que um estudante deveria ter seria 6, cada instituição no Brasil estipulou isso de acordo com as peculiaridades de sua instituição, algumas delas além dos critérios mínimos que as agências pediam, optaram por fazer entrevistas. Em nosso estudo de caso, este não foi um dos instrumentos de avaliação para concessão de bolsas. Neste aspecto, num primeiro momento a instituição atendeu a cooperação prevista nos editais.

Na esteira desta alegação podemos problematizar como apontado por Hall e Hill (1993) em que quando as regras não estão bem definidas há maior discricionariedade, não em relação a atuação do funcionário (tomada de melhor decisão rompendo com a norma vigente), mas por conta das regras indefinidas ou excessivas, neste caso ocorre uma “omissão” por parte do agente que se vê impossibilitado de desempenhar suas funções.

Segundo Hall e Hill (1993) discricionariedade pode ser entendida como a disponibilidade do poder de decisão concedido aos servidores públicos no que tange a melhor maneira de empreender sua atuação. Essa liberdade se traduz na ação ou omissão do agente público frente aos diferentes cenários e decisões com as quais se depara no decorrer do seu exercício funcional. Tal conjuntura abre margem para condutas muitas vezes omissivas, quiçá, arbitrárias. Nesse contexto, a arbitrariedade pode também decorrer de certa liberdade de ação que um funcionário disponha para o exercício de suas atribuições.

Outra forma de perceber a discricionariedade ocorrida no nosso estudo de caso foi quando o funcionário da instituição tomou a decisão que considerou melhor para ajudar os bolsistas que precisavam de documentos em outro idioma, contrariando norma interna da IES.

Concluimos também que o acompanhamento e monitoramento do estudante poderia ter sido realizado mais efetivamente pelas coordenadorias dos cursos em conjunto com o apoio do setor de RI. Porém, entendemos que a falta de diálogo mais próximo com as agências tenha contribuído para tal desestímulo. O fato é que em decorrência dessa autonomia, como relatado pelos próprios ex-bolsistas e pelo coordenador de RI, alguns estudantes não cumpriram suas atividades e compromissos. Nesse sentido se concluiu que faltou apoio institucional para tal propósito. Isto foi evidenciado na fala de todos envolvidos.

Também foi apontado que a instituição não promoveu muitas ações em que os estudantes pudessem compartilhar seus conhecimentos adquiridos no exterior com a comunidade acadêmica da universidade. Este fato evidenciou-se na fala dos estudantes que percebiam que até mesmo alguns professores pensavam que eles eram “usurpadores do dinheiro público”. Não houve tal iniciativa como colocado pelo coordenador de RI, já o Vice Coordenador destacou dois casos isolados de ação de compartilhamento de informações sobre o programa em dois Institutos. Alguns estudantes ainda colocaram que não houve mudanças dentro da universidade com a sua volta ao Brasil, e que sequer suas propostas foram consideradas. Entendemos que esta falta de ação ou mesmo a omissão pode ser uma resposta à própria política pública, que não realizou uma maior análise dos efeitos a que as referidas universidades seriam submetidas. Em outras palavras seus funcionários e docentes que não estavam preparados para lidar com as exigências que estes estudantes traziam de fora, e não havia condições para tal implementação de mudanças. De qualquer forma cabe mencionar que o debate pode ser promovido como um meio de novas aprendizagens enriquecedoras, e que a viabilidade de algumas ações poderia ser estudada por seus funcionários e docentes.

É importante salientar que 204 ex-bolsistas de graduação apontaram implicações positivas para seus cursos após participarem do programa CsF, por exemplo, a aquisição de novos conhecimentos e práticas de estudo e pesquisa, o que contribui com seus cursos, uma vez que compartilharam o conhecimento adquirido com estes. Outro aspecto é que com este conhecimento alguns deles atuam no mercado de trabalho e multiplicam ações em suas áreas de saber.

Ressalta-se que 53,7% (110) dos egressos efetivamente criaram redes de contatos acadêmicos, neste contexto cabe também reportar a informação trazida pelo o coordenador da IES de que a pós-graduação conseguiu criar melhor essa rede de cooperação, como no caso específico de um professor visitante à instituição. Porém não houve a ampliação de convênios e parcerias institucionais especificamente por conta do CsF. O Vice Coordenador de Relações Internacionais e Interinstitucional aponta que tem expectativa que no futuro isso se reverta,



uma vez, que as parceiras estrangeiras tiveram a oportunidade de conhecer também nosso potencial.

Sobre a implementação do CsF na instituição, graças ao auxílio de dois funcionários responsáveis pela coordenação de Relações Internacionais, conseguimos reunir informações pertinentes a seu respeito; entre elas a que mais chamou nossa atenção foi a falta de uma política de internacionalização na instituição até o ano de 2016. A partir do ano 2017 que se começou a ser construída essa iniciativa, como destaque vale mencionar o Fórum de Internacionalização da universidade ocorrido em 22 de novembro de 2017. Além disso, a coordenação de Relações Internacionais e Interinstitucionais lançou o edital 01\2018 visando a seleção de candidatos a auxílio financeiro para mobilidade internacional, é preciso destacar que essas são uma das muitas ações realizadas dentro do Plano Institucional de Internacionalização (Programa Institucional de Mobilidade Acadêmica Internacional). Outras iniciativas são feitas, como a promoção de cursos de idiomas adicionais (inglês, espanhol, francês etc.). O referido Plano Institucional de Internacionalização foi aprovado pelo Conselho Universitário com unanimidade no dia 15 de dezembro de 2017, e está vigente neste quadriênio.

Poderíamos argumentar aqui, que o coordenador institucional era a favor da continuidade do programa e também grande parte dos próprios estudantes, estes inclusive propuseram uma série de recomendações (desde a melhoria seleção/acompanhamento/fiscalização de bolsistas). Contudo seria desnecessário uma vez que o programa foi extinto, ao que tudo indica definitivamente, no que tange a graduação.

Destacamos aqui o fato de que só a implantação quantitativa de bolsistas, não representa o sucesso da implementação do programa, e que o aumento das publicações brasileiras em âmbito internacional não pode ser considerado pelo mesmo motivo. Sendo certo afirmar que existe uma infinidade de variáveis responsáveis pelo sucesso ou não de uma política pública, inclusive a continuidade ou não do programa pode ser uma dessas variáveis.

## **Conclusão**

A conclusão da pesquisa é que a política pública do CsF na instituição foi um grande desafio para seus funcionários que não estavam preparados para lidar com o acompanhamento de tantos estudantes no exterior. Verificou-se também que os operadores da política na instituição lidavam com os assuntos a medida das demandas, conforme chamadas públicas feitas pelas agências de fomento, não havendo um plano de ação inicial. Constatou-se a partir dos resultados com os egressos que para 76% o CsF contribuiu na vida

acadêmico-profissional; e em alguns casos o programa foi um diferencial na conquista de uma vaga profissional ou numa pós-graduação, seja em nível nacional ou internacional. Entretanto, muitos egressos apontaram fortes críticas sobre a atuação das agências de fomento em todas as etapas do processo, além de críticas a sua universidade de origem no que tange ao acompanhamento e aproveitamento das disciplinas. Finalmente, observamos que o programa CsF realizou algo inédito no país oportunizando bolsas de internacionalização para alunos de graduação, porém enquanto política pública malogrou em relação às ações de planejamento, monitoramento e acompanhamento da política.

O estudo de caso apresentado sobre a implementação do programa CsF da UFRRJ permite comparar o que aconteceu em outros contextos das instituições brasileiras, bem como as dificuldades e desafios que ocorreram em todo o país. Em outros estudos sobre o programa CsF, obtiveram resultados mais positivos para os egressos, do que para as universidades brasileiras participantes no programa, isto é, devido à falta de criação efetiva de redes de cooperação com instituições estrangeiras.

Ao longo desta pesquisa foram analisados documentos que demonstram que o programa não foi desenhado com uma política pública de permanência, inicialmente foi um programa idealizado por uma liderança que gozava de um momento econômico favorável. Um fato incontestável é que mesmo quando confrontada com dificuldades e entraves a política pública do programa não foi revista. Essa revisão dizia respeito precisamente às metas de envio de estudantes em curto prazo, e ao excesso de objetivos contidos no programa, o que dificultava diretamente a avaliação posterior do mesmo.

O que chama nossa atenção, no entanto, é que mesmo o governo tendo estourado o orçamento três vezes, ao invés de rever o prazo da aplicação da implementação das bolsas resolveu manter a mesma linha, configurando uma tentativa de consolidação do programa, uma vez que atingindo sua meta no envio de estudantes, demonstraria a eficácia do programa. Somando-se a isso houve protestos por parte de alguns estudantes que estavam sem receber suas bolsas.

Cabe destacar que esta pesquisa se mostrou relevante para a análise contextual do que foi o programa CsF, não limitando seus ganhos só a esse projeto, mas servindo de base para a análise e, quiçá, formulação de futuros projetos, uma vez que delimitou ao longo de seu desenvolvimento os pontos positivos e negativos que precisam ser levados em consideração. Através de seu desenvolvimento foi possível depreender seu sistema de operacionalização, suas dificuldades de implementação e as dissonâncias vividas entre as agências fomentadoras

e a instituição, problematizando não só o que foi feito neste programa em específico, mas revelando o que se espera construir em nível de política internacional de educação.

Uma outra compreensão a que chegamos é a de que o programa CsF tal qual fora idealizado inicialmente, ou seja, pensado para a concessão de bolsas de mobilidade internacional em nível de graduação, já não mais existe.

### Referências bibliográficas

BECKER. Howard S. Observação Social e Estudos de Caso Sociais. In: **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997. 3º p. (117-119).

BRASIL. Decreto Nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm). Acesso em: 05/11/2016 as 19:52.

BRASIL. CAPES/CNPQ. Documentos importantes. Disponível: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/impor-docs>>. Acesso:12/01/2018

BRASIL. CAPES/CNPQ. Ciência sem Fronteiras. O programa Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>>. Acesso em: 13/12/2016.

\_\_\_\_\_. CAPES/CNPQ. Ciência sem Fronteiras. *Dados Chamadas Graduação Sanduíche*. Dados atualizados em 31 dez. 2014. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/dados-chamadas-graduacao-sanduiche>. Acesso em: 31/10/2016 as 10:56. (Número de inscritos e bolsas concedidas por chamada de graduação sanduíche lançadas de 2011 até o momento (atualizado em 31/12/2014). Em relação ao total de 80.652 estudantes de graduação).

\_\_\_\_\_. CAPES/CNPQ. Ciência sem Fronteiras. *Panorama Geral de Implementação das Bolsas do Programa*. Dados atualizados em janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>. Acesso em: 31 Outubro de 2016 e três de Novembro de 2016. (Data Mart do Ciência sem Fronteiras (consolida dados de bolsas implementadas pelo CNPq e CAPES) - Dados atualizados até Janeiro/2016).

\_\_\_\_\_. CNPQ/CAPES. Ciência sem Fronteiras. Dados chamadas graduação sanduíche. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/dados-chamadas-graduacao-sanduiche>>. Acesso em: 14/03/2017.

\_\_\_\_\_. CNPQ/CAPES. Ciência sem Fronteiras. Edital EUA nº 180/2014. Disponível em: <[http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=59561afc-c1d9-42b4-a193-114fa792d9e1&groupId=214072](http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=59561afc-c1d9-42b4-a193-114fa792d9e1&groupId=214072)>. Acesso em: 09/03/2017.

\_\_\_\_\_. CAPES (2017). Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/programa-institucional-de-internacionalizacao-capes-print>>. <<http://www.capes.gov.br/bolsas-e-auxilios-internacionais/modalidades-de-bolsas/modalidades>>. Acesso em: 27/11/2017.

\_\_\_\_\_. CAPES/CNPQ, Portal dos coordenadores do CsF. Conferir: <<https://sites.google.com/a/capes.gov.br/coordenador-csf/>>. Acesso: 12/01/2018

BRASIL, MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Plano Nacional da Educação. PNE 2011-2020 disponível em: <[http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas\\_tecnicas\\_pne\\_2011\\_2020.pdf](http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf)>. Acesso em: 26/09/2017.

BRASIL, MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Plano Nacional da Educação. PNE 2014-2024 disponível em: <[file:///C:/Users/damares/Downloads/plano\\_nacional\\_educacao\\_2014-2024\\_2ed.pdf](file:///C:/Users/damares/Downloads/plano_nacional_educacao_2014-2024_2ed.pdf)>. Acesso em: 26/09/2017

BORGES, Rovênia Amorim. **A interseccionalidade de gênero, raça e classe no Programa Ciência sem Fronteiras: um estudo sobre estudantes brasileiros com destino aos EUA.** 2015. 215 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20443/1/2015\\_Rov%C3%AAniaAmorimBorges.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20443/1/2015_Rov%C3%AAniaAmorimBorges.pdf)>. Acesso em: 01/10/2016 as 22:43.

CANO, Ignacio. (2012), “**Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil**”. *Sociologias*, 14 (31): 94-119. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v14n31/05.pdf>.

CHAVES, Gérlia Maria Nogueira. **As bolsas de graduação-sanduíche do programa Ciência sem Fronteiras: uma análise de suas implicações educacionais.** 2015. 197f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/813/1/Gerlia%20Maria%20Nogueira%20Chaves.pdf>>. Acesso em: 01/10/2016 às 22:33.

D HAM, Christopher; Hill, Michael (1993). DAGNINO, R. P. O processo de Elaboração de Políticas no Estado Capitalista Moderno. In Renato Dagnino. (Org). **O processo de Elaboração de Políticas no Estado Capitalista.** Taubaté: Cabral Universitária, 2000.

DICIONÁRIO ON-LINE. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/efetividade>>. Acesso em: 11/01/2018.

DICIONÁRIO ON-LINE. EFICÁCIA. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/eficacia/>>. Acesso em: 17/06/2021.

GLOBO. **Governo acaba com o Ciências sem Fronteiras para cursos de graduação.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/07/governo-acaba-com-o-ciencia-sem-fronteiras-para-cursos-de-graduacao.html>>. Acesso em: 11/03/2017.

JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais na formulação e avaliação de políticas públicas.** Texto didático disponibilizado na internet. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2012.pd>>. Acessado em: 27/06/16 às 12:39.

JUDD, Katherine Elizabeth. **101 mil brasileiros no mundo: as implicações do Programa Ciência Sem Fronteiras para o Estado Desenvolvimentista Brasileiro**. 2014. 139 f., il. Dissertação (Mestrado em Estudos Sobre as Américas) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/15453>>. Acesso em: 6/09/2016 as 17:09.

JÚNIOR, João dos Reis Silva; SPEARS, Eric. Globalização e a mudança do papel da universidade federal brasileira: uma perspectiva da economia política. **Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.47, p.3-23 Set.2012 - ISSN: 1676-2584** Disponível em: <<http://ericSpears.us/uploads/2/7/8/3/2783632/4202-14532-1-sm.pdf>>. Acesso em: 1/09/2016 as 14:28.

SANTOS JUNIOR, Jorge Luiz dos. **Ciência sem Fronteiras e as fronteiras da Ciência: os arrabaldes da educação superior brasileira**. In. R. Pol. Públ., São Luis, v.16, n.2, p.341-351, jul./dez.2012. Disponível em: [http://www3.ceunes.ufes.br/downloads/2/jjuniorsan-CI%C3%A7ANCIA\\_SEM\\_FRONTIEMAS\\_E\\_AS\\_FRONTIEMAS\\_DA\\_CI%C3%A7ANCIA- os arrabaldes da educa%C3%A7%C3%A3o superior brasileira%20\(1\).pdf](http://www3.ceunes.ufes.br/downloads/2/jjuniorsan-CI%C3%A7ANCIA_SEM_FRONTIEMAS_E_AS_FRONTIEMAS_DA_CI%C3%A7ANCIA- os arrabaldes da educa%C3%A7%C3%A3o superior brasileira%20(1).pdf)>. Acesso em: 16/07/2014 as 15:59

LAGE, Thelma Silva Rodrigues. **Políticas de internacionalização da educação superior na região norte do Brasil: uma análise do programa ciência sem fronteiras na Universidade Federal do Tocantins**. 2015. 182f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Palmas, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/141/1/Thelma%20Silva%20Rodrigues%20Lage%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 12/10/2016 as 13:04.

LUCCHESI, Martha Abraão Saad; MALANGA, Eliana Branco. A Internacionalização da Educação Superior: uma análise do programa Ciência sem Fronteiras no Brasil, caminhos e desafios. **Revista Internacional de Ciências Sociais Interdisciplinares**, 2016, vol. 3, no 1. Disponível em: <<http://journals.epistemopolis.org/index.php/csociales/article/view/1138/696>>. Acesso em: 1/09/2016 as 13:49.

PEREIRA, Vânia Martins. **Relatos de uma política: uma análise sobre o Programa Ciência sem Fronteiras**. 2013. 123 f., Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) —Universidade de Brasília, Brasília, 2013. (UNB). Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15634/1/2013\\_VaniaMartinsPereira.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15634/1/2013_VaniaMartinsPereira.pdf)>. Acesso em: 2/10/2016 as 10:26.

RAMOS, Aline Gonzaga, et al. **PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS: desdobramentos e análise das possíveis contribuições à formação acadêmica dos bolsistas**. 2016. Disponível em: <http://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/educacaoformacaoformadores/aline-gonzaga-ramos.pdf>. Acesso em: 01/09/2016 as 13:48.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. O processo de elaboração em políticas públicas no Estado Capitalista Moderno (Unid2). In: **Para Aprender Políticas Públicas. Brasília**: Instituto de Gestão Economia e Políticas Públicas (IGEPP), 2013 (E-book. Texto de apoio ao curso Online de Políticas Públicas da Profª Dr.ª Maria das Graças Rua.

SANTOS JUNIOR, Jorge Luiz dos. Ciência sem Fronteiras e as fronteiras da Ciência: os arrabaldes da educação superior brasileira. In. **R. Pol. Públ.**, São Luis, v.16, n.2, p.341-351, jul./dez.2012. Disponível em:

<[http://www3.ceunes.ufes.br/downloads/2/jjuniorsan-CI%C3%8ANCIA\\_SEM\\_FRONTIEIRA\\_S\\_E\\_AS\\_FRONTIEIRAS\\_DA\\_CI%C3%8ANCIA- os arrabaldes da educa%C3%A7%C3%A3o\\_superior\\_brasileira%20\(1\).pdf](http://www3.ceunes.ufes.br/downloads/2/jjuniorsan-CI%C3%8ANCIA_SEM_FRONTIEIRA_S_E_AS_FRONTIEIRAS_DA_CI%C3%8ANCIA- os arrabaldes da educa%C3%A7%C3%A3o_superior_brasileira%20(1).pdf)>. Acesso em: 16/07/2014 as 15:59.

SENADO FEDERAL. **Relatório nº 21 de 2015**, de Avaliação de Políticas Públicas sobre o Programa de Formação de Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação, com especial enfoque para o Programa Ciência sem Fronteiras. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=185599&tp=1>. Acesso em: 05/11/2016 as 17:22.

SOUZA, Célina SOUZA. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: **Políticas Públicas no Brasil**. Hochman Gilberto et. all. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2007.